

# UM OLHAR SOBRE A SEMÂNTICA DA COMPARAÇÃO

*Heronides Maurílio de Melo Moura  
Mary Neiva Surdi*

Um dos objetivos deste trabalho é esboçar o quadro teórico que delimita atualmente parte do debate sobre as questões de semântica lexical. Não se pretende explorar todos os caminhos possíveis, compondo um panorama completo da situação, mas centrar a atenção sobre um conjunto de teses semânticas que servirão de base para a formulação do conceito de recategorização e para a análise semântica da comparação, a partir dos dados.

Primeiramente apresentaremos a base teórica e algumas hipóteses que norteiam este trabalho e depois faremos a análise do *corpus*, constituído de enunciados comparativos.

## 1. BASES TEÓRICAS E HIPÓTESES PRELIMINARES

Podemos identificar quatro teses que implicam uma severa revisão de postulados muito comuns na pesquisa semântica:

(1) O sentido de um item lexical não pode ser definido em termos de condições necessárias e suficientes. Em outras palavras, o sentido de um termo lexical não pode ser decomponível em unidades (determinadas no plano teórico) que sejam ao mesmo tempo

necessárias e suficientes para a definição do sentido do item lexical.

(2) O sentido de um item lexical não é, *ipso facto*, referencial; ele não denota um conjunto determinado de objetos extralingüísticos. O sentido de uma palavra pode ser independente da determinação de sua referência.

(3) Como o sentido não é o 'doador' da referência, é preciso uma intermediação entre esses dois pólos. Essa ponte é realizada por uma série de práticas sociais.

(4) O sentido de um item lexical forma uma categoria, cuja estrutura provoca determinados efeitos prototípicos.

Todas essas quatro teses derivam da Teoria dos Protótipos, mas de fato algumas delas foram exploradas, independentemente, por teorias diferentes, como por exemplo a Teoria dos Estereótipos. Ao arrolá-las em um corpo único, objetivamos constituir um conjunto de teses que fundamentem a formulação do conceito de recategorização. Além disso, pelo encadeamento recíproco, essas teses ligam coerentemente uma série de questões que surgem um tanto dispersas em várias pesquisas sobre semântica lexical.

A primeira tese é um dos pontos centrais da Teoria dos Protótipos. Ela se opõe não só à semântica de base estruturalista, como àquela de base fregeana. Corresponde à idéia de que os elementos de uma categoria (por exemplo, 'pássaro') não apresentam propriedades comuns a todos os membros; é uma certa semelhança de família que agrupa todos os membros (sobre a noção de 'semelhança de família', cf. Wittgenstein (1984)). Se é assim, os membros de uma categoria não podem ser agrupados com base em uma conjunção de condições necessárias e suficientes (cf. Kleiber, 1990:54).

Dessa primeira tese deriva naturalmente a segunda. Se não dispomos de condições necessárias e suficientes englobando todos os membros de uma categoria (ou, em termos lógicos, determinando

a extensão de um termo), então essa categoria (ou esse termo) não recorta, no mundo real, o conjunto de membros que ela agrupa. Por exemplo, como os limites da categoria 'chocolate' são vagos, então não teremos condições de determinar se um determinado produto da indústria alimentícia é um bombom achocolatado ou de fato um chocolate. O sentido de 'chocolate' não nos dá nenhuma indicação sobre isso.

O problema da não-referencialidade dos sentidos lexicais é um dos mais instigantes do debate atual, estabelecendo uma interface entre ciências cognitivas, filosofia da linguagem e lingüística. Ele, na verdade, abrange uma série de aspectos, que a Tese (2) tenta subsumir. Em Lakoff (1987), temos a noção de que o sentido lexical de um termo se organiza como um 'modelo cognitivo idealizado', que determina um contexto ideal de identificação da categoria. Esse modelo idealizado não corresponde diretamente à estrutura do mundo. Por exemplo, o sentido da palavra 'solteiro' determina uma categoria de homens adultos não-casados, mas esse sentido é uma esquematização (categorialmente válida) do que se passa no mundo. A aplicação dessa palavra a indivíduos concretos será incerta em vários casos (por exemplo, em referência a homossexuais, a concubinos e ao caso extremo do Papa). Lakoff (op.cit., p. 71) afirma que o procedimento de utilização de 'solteiro' nesses casos vai depender de outros fatores além do simples sentido dessa palavra.

Se o sentido de um item lexical não determina, *ipso facto*, a sua referência, então terá de haver uma intermediação entre os dois pólos, como afirma a Tese (3). Temos aí uma das maiores dificuldades de uma semântica que se pretenda não-referencial. Se as palavras não determinam um conjunto de objetos, então como podemos falar sobre os objetos? As soluções para esse problema são ainda bastante variadas, mas o que a Tese (3) afirma, de modo muito abrangente, é a natureza dessa intermediação: não se trata de semântica pura e

simples, mas de um ato social de identificação de objetos. Poderíamos, sem dúvida, rotular essa atividade de pragmática (num sentido lato).

O fulcro da questão é que a Tese (3) (junto com a Tese (2)) se opõe vigorosamente à noção fregeana de que o sentido é um caminho para a referência. Palavras que designam espécies naturais (como *água*, *ouro*, *pássaro*, etc), termos culturais (como *solteiro*, *democracia*, *cristão*, etc), palavras graduais (como *rico*, *alto*, *gordo*, etc) não delimitam uma referência precisa, em função do que afirmam as Teses (1) e (2). Como as coisas são classificadas nessas diferentes categorias? Uma primeira resposta é a 'divisão do trabalho lingüístico', de Putnam (1975, 1990). Quando necessário, uma identificação mais precisa dos objetos de uma categoria é realizada pelos diferentes *experts*. Assim, recorreremos a um ourives para saber se uma jóia é de fato de ouro, etc. Outra situação ocorre quando a legislação determina (por uma 'estipulação arbitrária', segundo o termo de Waismann, 1952) se um objeto específico pertence ou não a uma categoria. Por exemplo, um decreto do Governo da França estipulou que se deve considerar 'chocolate' o preparado que contiver ao menos 32% de cacau (Martin, 1992:28).

Uma outra possibilidade é a indicada por Lakoff (1987:71). Para identificar se um determinado objeto pertence ou não a uma categoria, por exemplo, para determinar se 'João' é ou não solteiro, ou se ele é mais ou menos solteiro, o falante deve realizar uma combinação da estrutura determinada pelo Modelo Cognitivo Idealizado e o conhecimento específico de que dispõe sobre 'João'. Trata-se, portanto, de um processamento cognitivo que vai determinar se a situação específica de 'João' se enquadra ou não (ou se enquadra marginalmente) na categoria 'solteiro'. Aqui temos novamente a determinação da referência por um processo extrasemântico; estão envolvidos os conhecimentos de mundo e avaliações sociais do falante. Em resumo, as práticas sociais referidas na Tese

(3) são de ordem técnica, legal e avaliativa.

A Tese (4) está contida na versão recente da Teoria dos Protótipos (modelo que Kleiber (1990) denomina 'versão estendida'), desenvolvida essencialmente a partir de Lakoff (1987). A principal diferença entre essa versão e o modelo padrão da teoria é que o protótipo (exemplar mais central de uma categoria) não é mais o eixo estruturador de uma categoria, que se organizaria a partir de um centro (constituído pelos protótipos) e de uma periferia (constituída pelos membros não-prototípicos). A categoria se constitui agora como um série de traços (não necessários, nem suficientes) dispersos, na forma de semelhanças de família, entre os diferentes membros da categoria. O protótipo passa a ser visto como um efeito da estrutura da categoria - e esses 'efeitos prototípicos' podem ser os mais variados, de acordo com o tipo de estrutura das categorias (cf. Kleiber, op.cit., p 165 e ss.).

## 2.O CONCEITO DE RECATEGORIZAÇÃO

O conceito de recategorização é aqui definido como uma operação semântica sobre itens lexicais que, a partir de uma categoria lexical primitiva, gera uma outra categoria lexical derivada. "Categorias lexicais primitivas" designam os vocábulos lexicais (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios) e "categorias lexicais derivadas" designam as categorias obtidas a partir de certas operações gramaticais, essencialmente a modificação de grau, a comparação e a utilização de *hedges*. Assim, construções como 'mais alto que eu', 'pássaro *por excelência*', 'legalmente racista', enquanto categorias derivadas, devem ter o seu sentido interpretado a partir das categorias primitivas 'alto', 'pássaro' e 'racista'.

Abaixo são especificadas algumas hipóteses sobre os *hedges*, os modificadores e a comparação.

### (1) Os hedges

O conceito de recategorização foi inspirado em uma análise dos *hedges* encontrada em Taylor (1988:76ss). Segundo este autor, os *hedges* (definidos inicialmente em Lakoff, 1972) têm a função de reestruturar as categorias lexicais. Por exemplo, o *hedge* 'por excelência' seleciona os membros centrais de uma categoria:

1- O pardal é o pássaro *por excelência*.

2- ? O peru é o pássaro *por excelência*.

A reestruturação acarretada por *por excelência* faz com que a categoria 'pássaro' seja aplicada apenas aos membros prototípicos, com exclusão dos membros mais ou menos marginais (o que explica a estranheza de (2)). Outro exemplo:

3- Legalmente, Mário não é um racista.

Nesse caso, o *hedge* 'legalmente' reorganiza a categoria 'racista' ao restringir sua aplicabilidade de acordo com critérios legais, de modo que indivíduos que normalmente seriam incluídos nessa categoria são agora excluídos. Por exemplo, o Mário citado em (3) pode ser conhecido por suas posições racistas, mas como seus atos não violam a legislação sobre o racismo, 'legalmente' ele não é um racista. Os *hedges* permitem assim organizar categorias derivadas ('pássaro *por excelência*', 'legalmente racista') que alteram a constituição das categorias primitivas ('pássaro', 'racista').

### (2) Os modificadores de grau

A aplicação do conceito de recategorização aos modificadores

de grau é bastante intuitiva, o que não é de surpreender, já que Lakoff (1972) arrolava elementos como 'very' e 'rather' na classe dos *hedges*. Analisemos o seguinte exemplo:

4- João é muito alto.

Temos como hipótese que o modificador de grau 'muito' produz uma reestruturação da categoria primitiva 'alto', selecionando os elementos prototípicos e excluindo os elementos menos prototípicos. A semântica dos modificadores de grau está evidentemente associada ao caráter gradual de adjetivos como 'alto' e autores como Kamp (1975) e Klein (1982) tentaram demonstrar que construções como 'muito alto' eliminam a vagueza intrínseca de 'alto'. Ora, é possível mostrar que as dificuldades da vagueza (especialmente o paradoxo de sorites (cf. Black (1970)) continuam intactos na expressão 'muito alto'. Assim, haverá sempre casos duvidosos de indivíduos 'muito altos', o que é o principal teste da existência da vagueza (para uma análise mais detalhada desses problemas, cf. Moura, 1996 e no prelo a).

O que de fato parece ocorrer no uso dos modificadores é uma recategorização do sentido lexical, com alteração dos efeitos prototípicos. Esta análise se baseia no princípio mais geral (dedutível das quatro teses acima) de que os sentidos das palavras têm uma vagueza e flexibilidade que resistem às reconstruções racionais (cf. Moura (no prelo b). Ducrot aí afirma: "não creio que se possa fazer corresponder às palavras conjuntos (no sentido matemático do termo) precisos, determinados, delimitados"). Por outro lado, podemos postular que a recategorização facilita a tarefa de identificação dos membros de uma categoria, mesmo que esse processo só seja completado com certas práticas sociais, ou seja, a recategorização serve para controlar a vagueza das categorias primitivas (essa idéia

equivale a uma retomada de análise inicial de Lakoff (1972), para quem os *hedges* tinham como função tornar as palavras mais ou menos 'vagas' (*fuzzy*).

### (3) A comparação

A comparação não estabelece condições necessárias e suficientes para a definição da categoria primitiva. Em outras palavras, a recategorização não implica a eliminação da vagueza da categoria primitiva.

Imaginemos que se está falando de alguém (João) que é um caso duvidoso de membro da categoria 'alto'. Um locutor pode afirmar nesse contexto:

5- Bem, João é mais alto do que eu.

Se nesse caso a vagueza do adjetivo 'alto' fosse eliminada (de modo que o sentido de 'alto' definisse claramente sua referência), então 'alto' deveria conter condições necessárias e suficientes de definição, que poderíamos, com base em (5), sistematizar como: 'todo indivíduo mais alto que eu (o locutor de (5)), é alto'. Se as coisas fossem assim, então de fato haveria, logicamente, uma correção da vagueza de 'alto', com a determinação de um padrão preciso a ser levado em conta. Essa foi a aspiração de alguns lógicos e semanticistas, o mais ilustre dentre eles tendo sido Quine (1960, 1981). Mas, infelizmente, a vagueza de 'alto' permanece intocada, embora, obviamente, a sentença relacional 'x é mais P que y' seja não-vaga, vale dizer, tenha um valor de verdade determinado (verdadeiro ou falso). Apelar para a não-vagueza da sentença comparativa ('mais alto que') como um remédio para a vagueza do termo absoluto ('alto') seria uma evasão do problema, e não uma

solução (cf. Black, 1970:6). É preciso então mostrar que essa aspiração de alguns lógicos e semanticistas de recuperar condições necessárias e suficientes de definição dos sentidos lexicais é infelizmente vã: a comparação não consegue cumprir esse papel. Vejamos a frase abaixo:

6- João é mais alto do que eu, mas de fato ele não é alto.

Temos aqui duas sentenças, que seriam logicamente contraditórias se aceitássemos que a comparação, na primeira sentença, definiu 'alto' como 'todo indivíduo mais alto que eu (o locutor) é alto'. Ora, João é mais alto que eu, logo ele é alto: é o que deduziríamos da primeira sentença. Mas isto estaria em contradição com a segunda sentença, que afirma que João não é alto. Logo, (6) seria contraditória por afirmar e negar que João é alto.

Pode-se alegar que a presença da partícula adversativa 'mas' marca uma oposição entre as duas sentenças. Mas isso não tem relevância lógica ou semântica *strictu sensu*, pois como sabemos, a partícula adversativa funciona, na lógica, como a conjunção *e*, e as condições de verdade são as mesmas nos dois casos (ou seja, as sentenças complexas  $A \text{ e } B$  e  $A \text{ mas } B$  são verdadeiras se e somente se  $A$  e  $B$  são verdadeiras). Logo, a adversativa tem uma função mais pragmática, de marcar a quebra de expectativa, e não de oposição lógica.

O que pretendemos mostrar com essa análise detalhada é que a sentença "João é mais alto que eu" não estipula condições necessárias e suficientes para a definição de 'alto', com o estabelecimento de um padrão preciso, no caso, a altura do locutor.

Podemos postular que, na comparação, a categoria derivada ('mais alto que'), criada a partir da recategorização, não estabelece um conjunto referencial definido para a categoria básica, de modo

que esta continua sendo, por conseguinte, uma categoria *fuzzy*. Mas por outro lado, ela introduz um novo parâmetro de categorização (o referencial da própria altura do locutor), alterando assim os efeitos prototípicos da categoria primitiva. É evidente que, entre os critérios de categorização da categoria primitiva 'alto', não encontramos o padrão de referência 'altura do locutor'. Esse critério é introduzido pela comparação, e é na introdução desse novo padrão de referência que a comparação ganha valor semântico. Esquemmatizando, podemos dizer que uma comparação como a da frase (5) introduz condições necessárias de categorização, mas não condições suficientes. Assim, em (5), 'alto', com a recategorização, passa a apresentar a seguinte condição necessária de definição: 'para ser alto, um indivíduo deve ser mais alto que eu (o locutor)'. Mas essa não é uma condição suficiente, pois um indivíduo pode ser mais alto que eu e ainda assim não ser alto. Assim, o efeito semântico da comparação, no exemplo dado, é modificar os efeitos prototípicos da categoria primitiva ('alto'), com a introdução de um novo padrão de referência.

Os protótipos de cada categoria são comuns a toda uma coletividade, ou ao menos a parcelas da comunidade. Assim, é de domínio comum, para uma larga porcentagem de brasileiros, que São Paulo é um protótipo de 'cidade grande', que Marco Maciel é um protótipo de 'homem magro' e que o Rei Momo é um protótipo de 'homem gordo'. Não é necessário, para o uso de cada uma dessas categorias, que tenhamos sempre em mente esses protótipos, mas eles podem ser, caso necessário, um importante efeito da categorização.

Mas não são apenas esses protótipos gerais que são relevantes para a categorização, pois há também certos padrões de referência construídos na enunciação, a partir da situação de fala de cada locutor. Podemos dizer que há uma espécie de componente dêitico na recategorização. Do mesmo modo que na dêixis, os

procedimentos de recategorização se organizam segundo os três eixos da pessoa (eu), espaço (aqui) e tempo (agora).

### 3. ANÁLISE DE ENUNCIADOS COMPARATIVOS

Nesta parte do trabalho, apresentamos uma breve análise de enunciados comparativos selecionados do Banco de Dados do Projeto VARSUL. Este banco de dados é formado por entrevistas (disponíveis em fitas-cassetes, disquetes e transcrições) realizadas em diversas cidades da região sul do Brasil. Nestas entrevistas, o falante é estimulado a relatar fatos de sua vida ou cidade, de modo a não se preocupar com a 'forma' de fala, mas objetivando, sobretudo, a utilização do vernáculo.

Devido à natureza deste trabalho, não determinamos fatores sócio-culturais para a seleção das entrevistas que compõem o *corpus*, pois pretendemos observar o funcionamento semântico dos enunciados comparativos em comunicação oral, atentando em especial para a escolha do termo comparante e seu efeito sobre o enunciado.

Para Vogt (1977), o enunciado comparativo é uma estrutura semanticamente analisável em termos de tema-comentário. O comentário se apresenta como um argumento 'em favor' do tema. O tema e o comentário são permutáveis do ponto de vista sintático, mas não do ponto de vista argumentativo. Se B é um argumento favorável a A, então A é um argumento desfavorável a B. É essa particularidade que dá à comparação seu caráter argumentativo por excelência.

Ao dizer que 'João é tão inteligente quanto Einstein', a inteligência de Einstein é dada como um argumento favorável à inteligência de João. Ou seja, a inteligência de João (A) é o tema e a de Einstein (B) é dada como um comentário à primeira. A partir do

sentido de B se constrói o sentido de A. Para efeitos de análise, adotaremos os seguintes termos: o primeiro termo da comparação (A), que corresponde ao tema, chamaremos de termo comparado; o segundo termo da comparação (B), que corresponde ao comentário, chamaremos de termo comparante.

Antes de entrar na análise, faz-se necessário identificar o que o falante usa como termo comparante, ou seja, qual sua natureza. Através deste processo de identificação, encontramos os seguintes tipos de termos comparantes (para facilitar a localização, o termo comparante está sublinhado):

1- O termo comparante é um protótipo: protótipo é aqui entendido como sendo comum a pelo menos uma parcela da comunidade:

(1) *Não deixem Chapecó crescer **que nem São Paulo**. (SC CHP 07:452)*

2- O termo comparante é um padrão de referência: entendemos os padrões de referência como construídos na enunciação, em uma situação específica de fala, tendo função dêitica. Ocorrem como pronomes (pessoais e possessivos), circunstanciais de tempo e lugar ou com verbos cuja referencialidade é indicada pelo tempo verbal:

2.1- O termo comparante é um pronome:

(2) *E a mãe da senhora, como é **que ela** era?*

*Ela era baixinha, bem **que nem eu** assim. (SC LAG 05: 972)*

2.2- O termo comparante é um circunstancial de tempo:

2.2.1- O circunstancial de tempo é considerado uma categoria dêitica:

2.2.1.1- Indica anterioridade:

- (3) *Porque hoje o nosso inverno, aqui em Chapecó, ele tem os dias que dá frio, que é inverno mesmo. Mas não é aquele inverno contínuo **que nem** era uma vez. (SC CHP 10: 1300)*

2.2.1.2- Indica simultaneidade:

- (4) *É, porque o bom alfaiate, ele ganha dinheiro, hein? Às vezes ganha, mas quer dizer, que antigamente não era **que nem** agora. Agora dá pra viver. (SC CHP 14: 416)*

2.3- O termo comparante é um circunstancial de lugar: os circunstanciais de lugar também são considerados categorias dêiticas:

- (5) *Não tem gente que usa droga?  
Não, Chapecó é **que nem** ali esse lugar ali, onde que eu moro, por enquanto, não. (SC CHP 01: 1132)*

2.4- O termo comparante é uma ação ou um estado localizados temporalmente segundo o tempo verbal:

2.4.1- Presente:

- (6) *eu nem deito na cama dele (do filho) pra não deixar o cheiro de cigarro, que ele não suporta, não vou abusar. Então nós respeitamos. Quando eles respeitam os pais, **como eu respeito** eles também em casa. (SC FPL M A P 04: 397)*

2.4.2- Passado:

- (7) *Na época em que eles eram menores, tudo bem, que a gente repreende daqui, repreende dali, dá uma palmadinha dali,*

*mas na época de que eles vão criando uma idade, como a idade dele, eu não posso mais brigar com ele **como eu brigava** quando era menino. (SC FPL M A P 04: 397)*

3. O termo comparante é hipotético:

*(8) E a gente aproveita e eu me sinto, assim, como? já estou com trinta e poucos anos, **como se fosse uma garotinha, né? como se estivesse namorando, se estivesse passeando.** (SC FPL 17: 600)*

Vejam agora o que o uso de protótipos em posição de termo comparante nos permite dizer. Como apontamos anteriormente, o protótipo é entendido como sendo conhecido por uma parcela da comunidade. Desta forma, é válido que se considere *São Paulo* como protótipo de 'cidade grande'; *porco* como 'animal imundo'; a *FUCABEM* como 'lugar perigoso' ou *pife* como bom exemplo de 'jogo'. Estes termos são tomados como os melhores exemplares, exemplos prototípicos da categoria que representam, não por apresentarem um conjunto de condições necessárias e suficientes, mas por condensarem as propriedades típicas dela (Kleiber, 1990):

*(1) Não deixem Chapecó crescer **que nem São Paulo.** (SC CHP 07:452)*

*(9) Mas dá para comer lagarto?*

*- É se nós formos analisar, talvez é um bicho feio, mas não tanto imundo, **tal como o porco e a galinha,** que todo mundo consome. (SC CHAP 20: 1083)*

*(10) Mas não era tão perigoso **como é a FUCABEM.** (SC FLP 02: 849)*

*(11) Pife são nove cartas. Tem que fazer trinca, é de trinca*

*ãh? ou seguida ou trinca. Na cacheta é a mesma coisa **como pife**, só que tem o coringa. (SC FLP 10: 739)*

Em todos os casos acima, a comparação introduz um parâmetro para a categorização: as propriedades do primeiro termo são especificadas no segundo, nesses casos, os protótipos. Quando um protótipo é introduzido na comparação, sua função é a de recategorizar a categoria em questão, ajudando a reduzir a vagueza desta. Observemos o seguinte enunciado:

(1) *Não deixem Chapecó crescer **que nem São Paulo**. (SC CHP 07:452)*

Termo comparado: Chapecó

Conteúdo da comparação: crescer (tornar-se uma cidade grande)

Termo comparante: São Paulo

Antes de entrar na análise do enunciado, é necessário contextualizá-lo: o locutor está falando sobre sua cidade; a narrativa gira em torno dos problemas que uma cidade grande pode ter. Ao comparar *Chapecó* a *São Paulo*, o locutor utiliza o segundo termo como protótipo de 'cidade grande'. O argumento do locutor é que Chapecó não deve crescer como São Paulo, pois esta possui as propriedades que são típicas do que se considera negativo para uma cidade grande: ser violenta, ter um alto índice de desemprego, etc. Tentemos explicar agora como isto ajuda a reduzir a vagueza: se o locutor dissesse apenas "Não deixem Chapecó crescer", poderíamos dizer que este enunciado é fortemente vago, pois o sentido de *crescer* está indeterminado; ao introduzir o operador de comparação *que nem* e um protótipo, o locutor oferece ao interlocutor um parâmetro

para recategorizar o sentido de 'cidade grande', que antes era indeterminado. No entanto, a vagueza não é eliminada, visto que no processo de comparação não ocorre uma equivalência matemática entre os termos, e sim a determinação (parcial) de um termo em referência a outro. Quanto a isto Vogt (1977:200) escreve:

Nenhuma grandeza por maior ou menor que seja, não será jamais absoluta. A inteligência de X, a coragem de Y não serão dadas porque X é inteligente ou porque Y é corajoso. Há um estágio anterior, intermediário, em que a língua refugia a imperfeição da sua humanidade. O *igual*, o *grande*, o *inteligente*, o *forte* serão depois absolutos ainda que negativos, quando as matemáticas formularem os conceitos. A estrutura comparativa reserva-se no canto da subjetividade, da intersubjetividade da linguagem.

Além desses protótipos que são conhecidos e aceitos por uma comunidade maior, há também os protótipos regionalizados: torcedor do *Internacional* é tomado, no corpus, como protótipo de torcedor fanático e italianos como não preservadores da tradição:

(12) *A gente é torcedor fanático **que nem os torcedores do Internacional**. (SC CHP 10: 1241)*

(13) *Pois é que não morra, quer dizer que nem a família alemã, eles têm **mais tradição do que o italiano**. (SC CHP 14: 996)*

O funcionamento dessas comparações é equivalente ao que ocorre com os protótipos gerais: a comparação ajuda a recategorizar o sentido da categoria primitiva em questão. Em uma análise preliminar, observamos a alta ocorrência de comparações que empregam padrões de referência como termo comparante. Esta alta

ocorrência pode ser explicada se considerarmos a natureza do material em análise: pesquisas sociolingüísticas em que os falantes narram fatos já ocorridos. Analisemos o seguinte enunciado:

(2) *E a mãe da senhora como é que ela era?*

*Ela era baixinha, bem **que nem eu** assim. (SC LAG 05: 999)*

Termo comparado: *ela* (a mãe do falante)

Termo comparante: *eu* (o falante)

Conteúdo da comparação: ser baixa (altura)

Em (2), o termo comparante é um padrão de referência, ou seja, não representa um protótipo, pois o locutor constrói, na enunciação, um padrão para realizar a comparação, a fim de satisfazer às necessidades momentâneas da interação. Podemos sintetizar o processo de comparação da seguinte forma: a altura do falante é projetada na altura da mãe. O ouvinte consegue processar a comparação, pois está perante o falante, e desta forma, mesmo que não conheça a mãe (termo comparado), pode construir uma imagem dela, a partir do padrão que o falante cria. Melhor dizendo, projetamos uma idéia do que é 'ser baixo' para este falante.

Façamos agora algumas considerações sobre o uso de circunstanciais de lugar e tempo na função de termo comparante. Ao analisar as ocorrências dos advérbios circunstanciais do Projeto NURC, Moura Neves (1992) considera a existência de elementos fóricos e de elementos não-fóricos entre os advérbios de lugar e tempo. Fóricos são os elementos que propiciam a busca ou recuperação de informação, remetendo a um ponto do enunciado ou à situação de enunciação. Dêixis e forismo são desvinculados, mesmo que todo circunstancial fórico seja dêítico. Os advérbios fóricos são de natureza pronominal, são proformas ou proadvérbios e isto lhes confere um

comportamento particular. A autora propõe uma subclassificação para os advérbios de lugar e tempo. Aqui apresentaremos somente os tipos que se encaixam em nossa pesquisa:

I - Para os advérbios de tempo:

- 1 - Fóricos (proadvérbios de tempo): como a expressão de tempo pode ligar-se a escalas concretas de medição, determinadas fisicamente, a relação com o momento de enunciação (o falante-agora) pode representar um período distinto (passado ou futuro) do momento da enunciação:

(14) *Os bailes, antigamente, não tinha aparelho de som **que nem** hoje...* (SC CHP 18: 539)

- (15) *Ah, eu já contei que eram severos porque, digamos assim, não tinham tanta liberdade **como** tem hoje, né?* (SC CHP 19: 260)

*Agora* não exprime momento ou período fisicamente delimitado, apresenta uma variação de abrangência que pode ser reduzida a um mínimo ou abranger um período maior ou menor, não só no presente mas no passado e futuro também, desde que se aproxime do momento de enunciação:

(16) *Porque naquele tempo lá era mais sério o namorado é **que nem** agora.* (SC CHP 14: 270)

- (17) *Então tem muito roubo hoje, tem muito roubo, também. Antigamente não tinha tanto rolo **como** tem agora.* (SC FLP 10: 768)

II- Para os advérbios de lugar

- 1- Fóricos: a circunstanciação é referida aos participantes do discurso ou a pontos de referência do texto, numa escala de

proximidade espacial:

(5) *Não tem gente que usa droga?*

*Não. É **que nem ali** esse lugar ali, onde que eu moro, por enquanto, não. (SC CHP 01: 1132)*

Dentre a classificação dos circunstanciais de lugar, proposta por Moura Neves, verificamos que nos enunciados comparativos do corpus do VARSUL, encontramos os advérbios situativos que indicam posição absoluta, como o enunciado (5). Em nosso corpus encontramos advérbios que indicam as seguintes circunstâncias de tempo:

1- Situação: os advérbios situativos de tempo respondem à pergunta *quando?* e podem representar uma situação absoluta, indicando momento ou período situado na escala do tempo:

1.1- Referem-se a um momento ou período determinado na enunciação ou de outro ponto do enunciado (fóricos)

*agora*: "na época atual"

(18) *Dai que eu casei, né? com dezenove anos, dai minha adolescência não foi [muito], muito movimentada, não **que nem** é agora, né? hoje em dia. (SC CHP 12: 47)*

*hoje*: "na época atual"

(15) *Ah, eu já contei que eram severos porque, digamos assim, não tinham tanta liberdade **como** tem hoje, né? (SC CHP 19: 260)*

*antigamente*: "em época bem anterior a esta"

(19) *Hoje em dia, a situação está mais difícil, mesmo as*

*crianças acho que não gostam mais brincar tanto por aí como antigamente. (SC BLU 20: 993)*

*antes = antigamente*

*(20) Pois é, era uma educação boa. Eu acho que se hoje fosse **que nem** era antes, não dava tanta malandragem, assim como tem muita criança que vive na rua. Então se os pais corrigissem bem, **como** era antes, daí se criavam que nem nós se criamos. (SC LAG 08: 818)*

O uso de circunstanciais, que permitem a recuperação de informações em um ponto do enunciado ou da enunciação, nos permite postular que esta recuperação ajuda a reduzir a vagueza das categorias envolvidas. Primeiramente, devemos considerar que no processo de comparação não se estabelece uma relação de equivalência matemática entre os termos em comparação, mas sim a determinação (parcial) de um termo em referência a outro. Para determinar A em relação a B, é preciso especificar a relação entre A e B, sendo necessário então conhecer A e B. Uma das hipóteses que sugerimos é que há uma forte relação entre termo comparante e informação dada: o termo comparante (B) seria usado no discurso com o estatuto de uma informação dada, ou seja, compartilhada pelos interlocutores. Uma vez que o termo comparado (A) apresenta-se como tema da comparação, sua menção no discurso, geralmente, é anterior à ocorrência no enunciado comparativo. Desta forma, parece coerente admitir que, na maioria dos casos, ambos os termos da comparação estão ativados na memória dos interlocutores e possuem o estatuto de uma informação dada, de modo que é possível fazer o exercício de projeção comparativa. Para tal, devemos considerar que a informação seja dada não só pelo enunciado, mas

também pela enunciação.

Gorski (1991:97) propõe uma classificação para o status informacional dos referentes de um texto:

#### Referentes

*novos*: - em folha

- ancorados

*disponíveis*: - únicos

- não-únicos

*inferíveis*: - ancorados

- não-ancorados

*dados*: - textualmente: - anafórico

- decorrentes

- situacionalmente

Os circunstanciais encontrados no *corpus* são, de acordo com a classificação acima, situacionalmente dados, têm antecedentes pragmáticos, são dêiticos e apontam diretamente para o contexto situacional. Segundo Gorski, a classificação acima leva em conta a perspectiva do falante e do ouvinte. O falante decide que estratégia usar para determinar o status informacional do referente, de acordo com a construção do modelo de discurso. A informação é introduzida tendo em vista o que se supõe estar ou não no foco de consciência do ouvinte, ou ser ou não o ouvinte capaz de processar sem dificuldades, com base nos contextos situacional e cultural. Podemos dizer, então, que a informação dada funciona como contra-peso à vagueza, pois ajuda a manter o equilíbrio necessário para dar continuidade ao discurso.

#### 4. ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

O processo de comparação tem como função a recategorização. Um novo parâmetro de categorização é introduzido para se interpretar a predicação que se faz sobre o primeiro termo. Este parâmetro assume diversas formas. Pode ocorrer tanto como protótipos gerais, os reconhecidos e aceitos por uma larga parcela da comunidade; ou como padrões de referência que são construídos no momento da fala.

Há de se investigar mais a fundo quais são os fatores que motivam a escolha de um protótipo ou de um padrão de referência e qual sua produtividade no discurso. Pois, preliminarmente, parece haver uma diferença, em termos de produtividade, entre o uso de um protótipo ou de um padrão de referência. Ambos exigem um certo conhecimento compartilhado entre os interlocutores, mas o conhecimento requerido por um padrão de referência parece ser muito mais específico do que o exigido por um protótipo, sendo que este é aplicável a uma série de situações análogas, enquanto o primeiro somente é aplicável a situações específicas.

Pode-se, a princípio, hipotetizar que a escolha de um ou de outro tipo de termo comparante (protótipo ou padrão de referência) estaria estritamente relacionada ao tipo de discurso em que se produz o enunciado comparativo e à relação estabelecida entre os interlocutores de tal discurso. O que nos parece evidente é que o processo de comparação não introduz condições necessárias e suficientes para a definição de um termo, de modo que não se pode dizer que ele permita eliminar a vagueza das categorias primitivas. O processo é de fato muito complexo, como aliás se podia prever a partir das teses expostas no início do artigo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, M. *Margins of Precision*. Ithaca: Cornell University Press,

1970.

- CASTILHO, A. T. *A Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- GORSKI, E.M. Continuidade no discurso. In: VOTRE, S. *A Língua em Uso na Fala e na Escrita*. Rio de Janeiro, 1991.
- KAMP, J.A.W. Two theories about adjectives. In: KELNAN, E.L (ed). *Formal Semantics of Natural Languages*. Cambridge:Cambridge University Press, 1975.
- KLEIBER, G. *La Sémantique du Prototype*. Paris: P.U.F., 1990.
- KLEIN, E. The interpretation of adjectival comparatives. *Journal of Linguistics*, n.18, p.113-136, 1982.
- LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts". *Chicago Linguistic Society*, n. 8, p.183-228, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal About the Mind*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- MARTIN, R. *Pour une Logique du Sens*. Paris: P.U.F., 1992.
- MOURA, H. *O Buraco Negro do Valor de Verdade: a Semântica dos Predicados Vagos*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 1996a.
- \_\_\_\_\_. La comparaison: restructuration de catégories. *Anais do XVI Congrès International des Linguistes*. Paris.(no prelo a).
- \_\_\_\_\_. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. *D.E.L.T.A.*, n. 14. (no prelo b).
- MOURA NEVES, M.H. Advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo). In: ILARI, R. (org.). *A Gramática do Português Falado II*. Campinas: Editora da UNICAMP, 199
- PRINCE, E. F. Towards a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.). *Radical Pragmatics*. New York, Academic Press, 1981.
- PUTNAM, H. *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

- \_\_\_\_\_. *Représentation et Réalité*. Paris: Gallimard, 1990.
- QUINE, W. *Word and Object*. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Theories and Things*. Cambridge, Massachussets: Harvard Press, 1981.
- TAYLOR, J. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Claredon Press, 1991.
- VOGT, C. *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ática, 1977.
- WAISMANN, F. Veriafibility. In: FLEW, A.G. (ed.). *Logic and Language*. Oxford: Blackwell, 1952.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril, 1984.